

O ROUBO DAS JÓIAS E A TRANSFIGÇÃO NO FOLHETIM AS JÓIAS DA COROA

Ricardo Japiassu Simões
Pós-doutor em Teoria da Literatura
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Com este ensaio, pretendo argumentar, à luz da contemporaneidade, o quanto a literatura folhetinesca elaborada à pena, no final do século XIX, embebia-se de fatos reais ante a feitura de ficção. Em especial, desenvolvo análise crítica baseada na obra *As jóias da Coroa*, de Raul Pompéia. Este romance reinventa o fato real, ou *fait divers*, que envolve a família imperial brasileira num grande escândalo: roubaram as jóias da imperatriz Teresa Cristina dentro do próprio Paço Imperial. O texto, marcadamente de teor republicano, traz também as anedotas que circundavam a má fama do imperador Pedro II: devorador de ninfetas. Como instrumental para análise do texto, tal os candeeiros que se punham sobre os birôs iluminando leitura e escritura, abracei as definições da transfigção, que me foram passadas – infelizmente – pela já falecida professora Aparecida Santilli, nas carteiras da Universidade de São Paulo. Espero chegar a contento.

Palavras chave: Transfigção; História; Imprensa

Abstract:

I intend to argue, in this essay, at temporality light, how far newspaper's literature (drew in ink at the end os XIX century) fulfilled fictions of reals facts. I develop, in special, a critical analisys based on the crown fews, by Raul Pompéia. This romance recreates the real fact, or *fait divers*, which involves. Emperor brasilian family, in a big scandal: Teresa

Cristina's jews were stolen inside its ownemperial place. The text remarkably republican, also brings tease about emperor Dom Pedro II's bad reputation: a nymphette's devour. As toobs for the text analisings, i have embraced the transfiction definitions passed by my professor Aparecida Santilli (unfortunately deased) at São Paulo's University. I hope I achieve the expectations.

Key-Words: Transfictions; History; Press

Introdução

Publicado no século XIX, narra o fato histórico do roubo das jóias da Imperatriz Teresa Cristina, portanto caso genuíno de transficção na Literatura Brasileira, especificamente ambientada na Corte. Publicado em 1882 na Gazeta de Notícias, periódico que aglomera, também, notícias sobre o episódio. Tais materiais – folhetim e notícias – não deixam de pertencer a quadro do imaginário: informam, embora sob a moldura da ficção, pois o ocorrido é transcrito – ou reinventado - por quem viu ou ouviu. O acontecimento em si se exauriu. O fato se esgota em si mesmo.

Reunindo estes dois aspectos da cultura brasileira - a presença do jornalismo como fonte de informações verdadeiras à história e a arte de ficcionalizar a mesma história pelos caminhos da transfiguração do real em ficção, ficam estabelecidas as vigas mestras deste ensaio.

As informações coletadas no periódico da Corte são relevantes, oferecendo riqueza de dados sobre o episódio que abalou o Império. Mas o que fez Raul Pompéia? Construiu realidade ficcional, intentando contar a história, imbuído de ideologia política. O que tentou fazer ao desvendar os meandros do roubo? Levar ao domínio público a experiência privada da Coroa. Na concepção do teórico Hayden White (in: HUTCHEON, 1998: 129) a História é concebida hoje como mero acidente: o episódio acontece em momento específico, passageiro.

Tendo em vista o mesmo pensamento, é possível afirmar que, de fato, o roubo das jóias de uma Imperatriz é acidente que passou. Mas em se tratando

do roubo das jóias de Imperatriz nas circunstâncias em que aconteceu, é acidente, no mínimo, inusitado. O mesmo Hayden White afirma que a redação das diversas representações em narrativas históricas - incluindo o jornalismo - é um atributo convencional e literário. No entanto, o fato de ser obra de arte não abandona o compromisso com a informação. A verdade histórica permanece, mesmo que envolta na penumbra da criação. Em se tratando, especificamente, de *As jóias da Coroa*, são textos que superam o caráter meramente informativo de vestígios históricos. A discussão estabelecida neste ensaio permite exibi-los, bem como julgá-los.

A Imprensa

Nota referente ao aniversário da Imperatriz Teresa Cristina foi publicada na capa do periódico republicano e abolicionista Gazeta de Notícias. O maior jornal em circulação na época - 1882 - estampava a notícia da passagem do aniversário, felicitando-a e louvando-lhe as qualidades maternais. Em nota publicada na primeira página, na edição de 14 de março, comentava-se: “Sua Majestade a Imperatriz completa hoje 60 anos de idade.” Alguns dias depois, explodiu o escândalo que inspirou o folhetinista Raul Pompéia. As jóias da Coroa foram roubadas do Paço de São Cristóvão, enquanto a Monarquia regozijava-se em Petrópolis. Discretamente, a 19 de março, a Gazeta de Notícias voltou a publicar reportagens minuciosas sobre o escândalo. A primeira delas descrevia o roubo. Somente um colar de brilhantes foi avaliado em 100 contos de réis, soma que representava uma fortuna à época. Além desse adorno pertencente à Imperatriz, incluíram-se várias outras peças, conforme notícia publicada, no periódico, a 28 de março.

Na descrição do redator consta que, após os festejos realizados no Paço da Cidade, as jóias foram enviadas num bauzinho até o Palácio de São Cristóvão para serem guardadas em cofre forte. No entanto, o criado, não dispondo da chave do móvel, guardou-as num armário, nos aposentos do Imperador. Somente na manhã do dia 19 de março, cinco dias depois da comemoração, constatou-se o arrombamento do armário. A ocorrência chegou no mesmo dia às mãos do Ministro da Justiça. Somente no dia 22, as

averiguações foram concluídas e encarcerado o serviçal do Imperador, Manuel Paiva, cúmplice das aventuras extraconjugais de Dom Pedro II – pelo menos se comentava na Corte. Antes da prisão de Manuel Paiva, dois inocentes - José Virgílio Tavares e Francisco de Paula Lobo - foram conduzidos à Polícia pelo Tenente Lírio. Informou a Gazeta de Notícias que as duas caixas de jóias tinham sido confiadas ao criado particular Francisco de Paula Lobo, que não pediu ao colega Pedro Paiva (irmão de Manuel Paiva) a chave do cofre forte. Na ocasião em que as depositou no armário, Francisco de Paula Lobo estava acompanhado de Virgílio Tavares. O periódico não explicou o motivo da prisão de Manuel Paiva, conhecedor do esconderijo provisório das jóias. No entanto, a matéria mencionou o fato de Manuel Paiva ter sido dispensado dos serviços do Paço, acusado de alguns furtos anteriores. Mesmo assim, a matéria afirmou que Manuel Paiva era mesmo protegido de Dom Pedro, que manteve o criado vivendo na quinta, mesmo após se conhecerem os furtos praticados por ele anteriormente.

Até então, a Gazeta de Notícias vinha abordando o tema adotando a versão mais oficial da notícia, seguindo a cronologia dos acontecimentos revelados por pessoas implicadas no caso. No entanto, a pressão pública junto à imprensa cresceu. O povo manifestou descontentamento com o modo como o crime estava sendo investigado. É o que atesta a edição de 28 de março:

“[...]O Sr. Dr. chefe de Polícia, tão orgulhoso pela diligência que efetuou, não parece ter motivos sérios para disso orgulhar-se. Encaminhado por uma carta anônima, Sua Excelência apenas teve o trabalho de ir buscar Paiva para indicar-lhe o lugar já designado na carta aludida; de sorte que melhor andou como chefe de Polícia aquele que tão modestamente ocultou: - o autor da carta anônima. [...]”

O descaso das diligências propagou-se. O Parlamento também se pronunciou. Apresentou requerimento acerca do procedimento do Chefe de Polícia, Sr. Lírio, criticando o seu procedimento sobre o roubo. A esta altura, o colar de brilhantes encontrava-se exposto na vitrine da casa Farani, com o objetivo de que o público conhecesse a cor, o tamanho e o valor das pedras, e assim pudesse auxiliar na busca da última pedra do colar. Por sua vez, no primeiro dia de abril, a Gazeta de Notícias informou que o deputado Fernandes de Oliveira, responsável pelo requerimento, havia conversado com o ministro

da Justiça, o qual ratificou ser o problema pertinente ao Poder Judiciário, retirando do Parlamento a competência de julgar o roubo. No Senado, tomou a frente da petição o senador Silveira Martins, obtendo, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, a resposta: o caso deveria ser julgado pelo Poder Judiciário.

Raul Pompéia - As jóias da Coroa

Segundo livro escrito por Raul Pompéia, folhetim publicado nos rodapés da Gazeta de Notícias, ocupando quase sempre a primeira página de 30 de março a 1º. de maio de 1882. O autor, com 19 anos, encontrava-se de férias na Corte. Sobre a obra, especificamente, Marlyse Meyer (1996: 309) afirma que se trata de “uma jóia de paródia e sátira política”. E como se configura a paródia nesta obra? E qual a importância no contexto histórico? Fazem-se necessárias incursões e análise da obra.

Dois empregados da quinta do Duque de Bragantina (ou Imperador Pedro II) tramam certo roubo: assim tem início a ação do folhetim. Um dos envolvidos era empregado íntimo do Duque de Bragantina. Chamava-se Manuel de Pavia e tinha como cúmplice Inácio. Manuel de Pavia e o comparsa Inácio continuaram tramando também o roubo das jóias da Duquesa de Bragantina. Os mentores do crime haviam estabelecido como acordo vender as peças de valor aviltado à ourivesaria do Sr. Aleixo. Durante um diálogo com o parceiro Inácio, Manuel de Pavia lembra que os inúmeros favores concedidos ao Duque, bem como as encomendas futuras à defloração de Conceição.

Na verdade, as jóias, que tinham sido roubadas, foram enviadas pela Duquesa de Bragantina à Quinta do Santo Cristo após o baile do seu aniversário e, em seguida, entregues a criado de confiança. Sete dias após este episódio, dava-se a liberdade a Manuel de Pavia e aos outros dois acusados, pois as jóias tinham sido encontradas. Recebendo a promessa de impunidade, Manuel de Pavia confessou que as jóias encontravam-se enterradas num local que ele próprio apontaria. O Duque de Bragantina providenciou a inocência.

A cena inicial do romance *As jóias da Coroa* deixa evidente o plano do roubo e o comportamento dos criminosos: um, deslocado, corajoso e

arrogante; outro, reticente medroso e inseguro. Mas, principalmente, esclarece pontos a respeito da eficiência do plano de trabalho ficcional:

- “Ah, ah! Ah, ah!... É o que você pensa. Ninguém se arroja a uma empresa destas sem saber o terreno que vai pisar. Eu sou um jogador que sempre conhece as cartas de que dispõe e as do seu adversário... É o que falava... Um homem habituado às dificuldades de todas as empresas espinhosas... [...]”

É justamente a partir de um *fait divers*, ou seja, acontecimento diferenciado, inusitado, porém fato histórico, que Raul Pompéia vai construir o folhetim, ocultando os envolvidos no escândalo em personagens de ficção. Trata-se também de um *roman à clef*, já que apenas esconde pessoas reais por meio de nomes fictícios. Ainda que a semelhança seja evidente.

E como se justifica o *fait divers* na escritura de Raul Pompéia? Por meio da leitura das notícias e crônicas diárias publicadas na Gazeta de Notícias. Para efeito comparativo, remeto à matéria publicada na edição de 19 de março, da Gazeta de Notícias, intitulada *Roubo no Paço de São Cristóvão*. A leitura da notícia, em forma de crônica, e a consideração de elementos do romance comprovam o quanto fatos do cotidiano – ou seja, o *fait divers* – se encontram claramente presentes em *As jóias da Coroa*, cuja transfiguração também é evidente, já que o autor ficcionaliza a história, o grande tema defendido nos birôs da Universidade de São Paulo pela professora Aparecida Santilli.

Entre vários aspectos, a datação dos acontecimentos é um dos pontos relevantes. Segundo a Gazeta de Notícias, o roubo das jóias aconteceu no dia 14 de março de 1882, enquanto a versão de Raul Pompéia apenas mascara a data, localizando o episódio que envolveu a personagem Duquesa de Bragantina em 11 de março de 18...

O segundo aspecto importante diz respeito à forma de recriação da notícia que mantém o detalhe da viagem do Imperador e da Imperatriz para Petrópolis. O referido periódico informa, numa linha, que o Imperador Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina, após o cortejo, seguiram para o seu palácio de verão em Petrópolis. O autor do folhetim, de certa forma, apenas reescreve o acontecimento verídico numa linguagem romanceada, apontando a partida dos Duques e Duquesa de Bragantina para a quinta de verão que possuíam em

Anatópolis. Dessa forma, pouco a pouco, com detalhes simples, comprova-se que esta obra de Raul Pompéia é, de fato, inspirada na vertente da transficção, embebida, historicamente, na crônica jornalística cotidiana, que descrevia o fato real do roubo das jóias. Compreende, assim, a transficção aliada ao *fait divers*, ambos ancorados em fato histórico de repercussão política.

O terceiro ponto relevante é o do roubo em si. A Gazeta de Notícias, dando seqüência à crônica diária, retrata minuciosamente o roubo no Paço de São Cristóvão. O cronista informa que o Imperador, ao chegar de Petrópolis, deu parte do episódio ao Ministro da Justiça. Por sua vez, o Ministro da Justiça, o Chefe de Polícia Dr. Macedo de Aguiar e o 3º. Delegado seguiram até o Palácio de São Cristóvão, onde encontraram apenas uma corda dependurada num dos muros que entornam o palácio.

Ainda em termos de construção literária, aproveitando-se maravilhosamente bem da figura histórica da Imperatriz Teresa Cristina, o autor constrói a personagem Duquesa de Bragantina com o mero intuito de atacar a figura do Duque de Bragantina (ou Imperador Dom Pedro II). Vale enfatizar que, mesmo aproveitando-se da Imperatriz Teresa Cristina (ou Duquesa de Bragantina) no seu jogo político de oposição ao Imperador Pedro II, Raul Pompéia reabilita, através da personagem Duquesa de Bragantina, esta mulher que passou esquecida pela história do Brasil, inclusive sem voz quando do roubo de suas jóias. Tanto que, apesar dos seus defeitos físicos, o autor optou por demonstrar as qualidades assistenciais e morais de Dona Teresa Cristina. O romancista “valoriza o seu pendor face à caridade e bane qualquer traço de fealdade da ‘mãe dos brasileiros’”, acrescenta Lilia Moritz Schwarcz (1998: 94).

E, logo em seguida, como que para enfatizar ainda mais o seu argumento, recorre à paródia, apontando as virtudes da Duquesa de Bragantina, porém com o intuito de desvendar aos leitores os desmandos do seu consorte. “Em atenção a ela, algumas pessoas de consideração permaneciam na roda perigosa do marido. Por essa razão os amigos do Duque não eram todos da ordem dos alegres companheiros de passeio pelas ruas de Anatópolis.” (1993: 60).

Um pouco mais à frente, no texto, Raul Pompéia utiliza a personagem esposa do Duque de Bragantina, ou Dom Pedro II, para desmascará-lo:

coloca-o em condições de homem fraco, vítima das próprias taras, enquanto ela, a Duquesa, ou Imperatriz, forte, combate-o em momento conclusivo e decisivo do folhetim.

“Contemplou assim, por momentos, a moça adormecida.

[...]

O êxtase do fidalgo não o deixou perceber a pessoa que viera ficar de pé atrás dele.

No momento em que o Duque, sem mais poder conter-se, levantava-se do tapete, sentiu um peso sobre os ombros e tornou a cair de joelhos.

- Não te levantes - ordenou uma voz meio contida, mas ferozmente enérgica.

Aterrado, o Sr. de Bragantina levantou a cabeça...

Era a Duquesa!

- Não se levante! - dizia ela nervosamente. - Pede perdão a tua filha.
(1993: 104 e 105)

Nesta cena, com sutileza de bom ficcionista, o autor virou a história às avessas, pois a Imperatriz era tida como mulher de inteligência menor e em momento histórico algum foi apresentada como sendo corajosa. Esse fato evidencia, de certa forma, quanto muitos dos envolvidos na trama eram vítimas do destino. Conforme observa Marlyse Meyer (1996: 58): era o incesto comum às desgraças que caracterizam este gênero. O repertório mais esculhambado da literatura encontra-se no folhetim: é do seu conteúdo.

O julgamento negativo do escritor em relação à Monarquia recaiu, nitidamente, sobre o Imperador. Arma, com ideologia republicana, trama política. Dessa forma, o poderoso Duque é representado como homem cheio de taras, asqueroso. Margeou o crime do estupro e do incesto - pecado irremediável. Ela, no folhetim, a heroína; ele, o anti-herói. Além disso, como opinou Antonio Candido, sobre o gênero, (1968), há danos morais e, no final folhetinesco, conclusão moralizante.

Além do mero aspecto da invenção supracitado, ao usar a notícia transformando-a em ficção, Raul Pompéia, por meio da ironia, convida à reflexão. Mas o que mais desejava o jovem republicano em relação à nobreza

tropical senão o questionamento? Segundo Berrendonner (in: BRAITH, 1996: 54), o fenômeno da reflexão acontece onde há argumentação, ou seja, conhecimento. Nesta simbiose ironia-argumentação, o autor devassa perante leitores a face menos nobre dos bem construídos personagens. Como bom romancista, apresentou argumentos desfavoráveis à Monarquia decadente, lembrando que o Governo brasileiro, até em suas atitudes privadas, era corrupto.

Considerações finais

Como primeiro aspecto, é importante ressaltar o quanto a imprensa carioca, durante as investigações sobre o roubo das jóias, engajou-se nesse projeto de denúncia exigindo soluções para um país acéfalo, pois, segundo as notícias e o folhetim, o Governo estava nas mãos de Imperador que apenas desejava dedicar-se a aventuras amorosas. Assim, muito mais que pedindo a solução do crime, diante do escândalo, o periódico Gazeta de Notícias apontava o Império como obsoleto. Exigiam adoção da República como sistema de governo, fim do Senado vitalício e combate à corrupção nos vários setores. Propunham modernidade à Nação: estimular a geração de empregos e abolir o trabalho servil. Quanto à corrupção, o ladrão Manuel Paiva servia de exemplo: teria de ser submetido ao Poder Judiciário e não aos caprichos de Dom Pedro II.

Por outro lado, a Casa Imperial do Brasil, que não ousou qualquer medida contra a imprensa durante o escândalo do roubo das jóias, com silêncio permitiu o avanço da propaganda ideológica antimonarquista. A Realeza, abalada pela corrupção não resolvida durante o roubo das jóias, foi perdendo o apoio da burguesia, que então encontrou nos jornais uma forma de resposta às suas novas demandas. Aí, a burguesia urbana e interiorana virou-se cada vez mais contra o Império. E a queda da Casa de Bragança tropical foi somente questão de tempo!

Machado de Assis, nos últimos anos do Império, reconheceu a balbúrdia sem controle e o caos em que se encontrava o país. O escritor profere uma frase célebre, denunciando o comodismo do governo, que queria “transformar o trono numa poltrona” (In: FONSECA, 1941: 140). Era por meio da imprensa

fluminense que as denúncias e exigências fluíam e ensejavam toda a Nação a defender novos interesses.

Exigindo democracia, ou seja, a liberdade da qual gozavam todas as nações adiantadas quanto aos direitos e deveres dos seus cidadãos livres, a imprensa brasileira cumpriu seu papel e fez mais que informar. Como ainda recorria ao estilo francês, de publicar o gênero literário folhetim nos periódicos, para fomentar ainda mais a oposição ao sistema que vigorava e angariar mais adeptos à causa republicana, deu oportunidade à publicação do folhetim da Corte, na pena de Raul Pompéia. No que concerne à produção folhetinesca contra o Império, apenas o roubo das jóias ensejou a feitura de romance, embora houvesse publicação de crônicas e poesias sobre outros assuntos de caráter político em outros periódicos fluminenses e, certamente, de todo o Brasil.

O folhetinista Raul Pompéia foi precursor ao abordar este tema, folhetim ambientado na privacidade da Corte, devassada com o roubo das jóias. Ao mesmo tempo foram exclusivas as narrativas, uma vez que nenhum outro romancista do século passado ou contemporâneo elaborou obra de arte embebida unicamente no mesmo episódio. Vale salientar que o autor do “romance republicano” encontrava-se engajado na mesma causa: a luta pela queda do trono e, sobretudo, a Abolição. Outro detalhe: participava ativamente da produção do jornalismo carioca. Dessa forma, a imprensa como que bradava em voz uníssona, tanto no noticiário, quanto nas obras de arte literária: Dom Pedro II não serve para governar. E tal brado surgiu pleno de recursos literários, o que justifica o seu valor artístico e, quem sabe, sua repercussão junto ao público.

Referência Bibliografias

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

CANDIDO, Antonio *Formação da literatura brasileira – 2v*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1968.

FONSECA, Gondim da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Rio de Janeiro: Quaresma Editora, 1941.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

MEYER, Marlyse. *Folhetim*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PAULA, Sérgio Goes de (org). *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.